

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ANÁPOLIS UNIEVANGÉLICA
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

AUDITORIA INTERNA EM EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

INTERNAL AUDIT IN SMALL COMPANIES

DIEGO DOS SANTOS SOUZA¹

Graduando em Ciências Contábeis pela UniEvangélica – GO

CARLOS RENATO FERREIRA²

Professor Orientador do Curso de Ciências Contábeis da UniEvangélica – GO

**1 Diego dos Santos Souza - Bacharel no curso de Ciências Contábeis pelo Centro
Universitário de Anápolis (UniEvangélica) – Brasil – Email:
diegosantos.souza02@gmail.com**

**2 Carlos Renato Ferreira – Professor do curso de Ciências Contábeis do Centro
Universitário de Anápolis (UniEvangélica) – Brasil – Email: crfac3@gmail.com**

RESUMO

O seguinte trabalho irá abordar a importância da auditoria interna em empresas de pequeno porte, demonstrará as vantagens de uma auditoria interna, os meios pelo qual a empresa se beneficiará com a implantação do setor na mesma e a garantia de informações que direciona a sua continuidade. O objetivo é conceituar auditoria interna, definir pequenas empresas e contextualizar a importância da auditoria interna para as pequenas empresas. Para alcançar os objetivos a metodologia adotada foi à pesquisa qualitativa do tipo bibliográfica. De acordo com a resolução N° 986 do Conselho Federal de Contabilidade (2003), a implantação da auditoria interna em empresas de pequeno porte é uma interessante ferramenta, considerando a necessidade da verificação da eficiência do seu controle administrativo interno. Outro ponto característico da auditoria interna em empresas de pequeno porte é a obtenção de relatórios fidedignos, tornando-os mais confiáveis.

Palavras-chaves: Auditoria interna, pequenas empresa, NBC T 12.

ABSTRACT:

The following work will address the importance of internal audit in small companies, demonstrate the advantages of an internal audit, the means by which the company will benefit from the implementation of the sector in it and the guarantee of information that guides its continuity. The objective is to conceptualize internal audit, define small companies and contextualize the importance of internal audit for small companies. To achieve the objectives, the methodology adopted was qualitative research of the bibliographic type. According to Resolution No. 986 of the Federal Accounting Council (2003), the implementation of internal auditing in small companies is an interesting tool, considering the need to verify the efficiency of its internal administrative control. Another characteristic of internal auditing in small companies is obtaining reliable reports, making them more reliable.

Key Words: Internal audit, small business, NBC T 12.

1. INTRODUÇÃO

Toda organização tem por objetivo alcançar resultados. Para isso, a administração de uma empresa de pequeno porte apresenta periodicamente demonstrações contábeis, com intuito de possibilitar a avaliação de toda a situação da empresa verificando sua eficiência e eficácia, a fim de minimizar possíveis erros. A auditoria interna é uma possível forma de se obter o máximo de informações pertinentes, possibilitando ao final através do parecer elaborado pelos auditores responsáveis, apresenta-las a quem for de interesse, de forma transparente. Estes dados por sua vez são peças fundamentais para assegurar a confiabilidade das informações (NBC TI 01/2003).

De acordo com a resolução Nº 986 do Conselho Federal de Contabilidade (2003), a implantação da auditoria interna em empresas de pequeno porte é uma interessante ferramenta, considerando a necessidade da verificação da eficiência do seu controle administrativo interno, através da rastreabilidade de dados para a análise de suas demonstrações contábeis, lançamentos em livro razão, entre outros.

Vale ressaltar que a auditoria não resulta exclusivamente na detecção de fraudes, contribui também para validação de métodos, verificação de procedimentos que estão sendo realizados, assegurando que os mesmos são executados de forma correta, conseqüentemente consolidando resultados necessários para o crescimento da instituição e para que a mesma alcance o objetivo principal que é a obtenção de lucros.

Diante do exposto, o seguinte estudo abordará o tema: A utilização da auditoria interna em empresas de pequeno porte.

O problema do presente artigo é: **Qual a importância da auditoria interna para as pequenas empresas?**

O objetivo geral é analisar a importância da auditoria interna para as pequenas empresas.

Os objetivos específicos são: Conceituar auditoria interna; Definir pequenas empresas; Contextualizar a importância da auditoria interna para as pequenas empresas.

O presente trabalho justifica-se por a auditoria ser hoje de fundamental importância para os gestores, a fim de apontar pontos que levam a melhoria do seu controle interno, na autenticidade das informações prestadas e na detecção de fraudes, além de, também, desenvolver métodos que evitam o mesmo.

As hipóteses são: verificar a veracidade dos demonstrativos financeiros, evitar e detectar possíveis fraudes e aderir ou atualizar métodos de gestão.

A Metodologia adotada foi à pesquisa Qualitativa do tipo Bibliográfica. Com o intuito de demonstrar métodos que auxiliam na diminuição de fraudes e conseqüentemente evidencie a importância que a auditoria interna tem para com empresas de pequeno porte, serão utilizados livros e artigos científicos.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Conceitos de auditoria

Para Crepaldi (2016, p.69) “Segundo pronunciamento NBC T 12 – A auditoria interna constitui o conjunto de procedimentos técnicos que tem por objetivo examinar a integridade, adequação e eficácia dos controles internos e das informações físicas, contábeis, financeiras e operacionais da entidade”.

Entende-se que a auditoria é definida como uma das técnicas que revia os registros contábeis com o propósito de informar se eles são adequados e confiáveis. A auditoria da a confiança, a transparência e a credibilidade quanto a qualidade de informações contábeis.

Segundo Attie (2018, p.5) “A auditoria é uma especialização contábil voltada a testar a eficiência e eficácia do controle patrimonial implantado com o objetivo de expressar uma opinião sobre determinado dado”.

Assim conclui-se que a auditoria é o estudo que examina a exatidão da administração da empresa, levando em conta os métodos que garantem eficiência e eficácia nas atividades operacionais de suas entidades.

Para Almeida (2009) “A Auditoria interna representa o meio de verificação das informações elaborada pelo controle interno, além do cumprimento, por parte dos funcionários, das atividades que o sistema determina”.

Entende-se que a auditoria é o procedimento de apoio dos administradores, onde se obtém a verificação das informações disponibilizada pelo controle interno e o cumprimento das normas da diretoria.

3.2 Evolução da auditoria

Para Attie (2018, p.08) “A evolução da auditoria no Brasil está primariamente relacionada com a instalação de empresas internacionais de auditoria independente, uma vez que investimentos também internacionais foram aqui implantados e compulsoriamente tiveram de ter suas demonstrações contábeis auditadas”.

Com o passar dos tempos às empresas perceberam uma grande necessidade de normas e procedimentos internos nos quais deveriam ter o devido acompanhamento, a fim de

verificar se estes estão sendo seguidos corretamente pelos colaboradores da empresa. Esta verificação é realizada pela Auditoria Interna.

No Brasil é difícil precisar a data do primeiro trabalho de auditoria, mas a primeira evidência concreta pode ser constatada no Decreto nº 2.935, de 16 de junho de 1862, que aprovava a reorganização da Cia. de Navegação por Vapor – Bahiana – Anonyma, e determinava que os auditores deveriam ser convocados anualmente em assembleia ordinária, os quais teriam como função analisar e examinar as contas da empresa.

De acordo com Souza, L. A. A. (2010) “No Brasil foi introduzido o decreto-lei 7.988 de 22 de setembro de 1945, que dispunha sobre o ensino de Ciências Econômicas e Contábeis e indicava, no art. 3º, a inclusão de uma disciplina denominada Revisões e Perícia Contábil”.

Para o autor a inclusão dessas disciplinas que levou ao surgimento da auditoria no Brasil de forma legal.

Attie, Willian (2018 p.7) define o surgimento da auditoria como:

O surgimento da auditoria está ancorado na necessidade de confirmação por parte dos investidores e proprietários quanto à realidade econômico-financeira espelhada no patrimônio das empresas investidas e, principalmente, em virtude do aparecimento de grandes empresas multigeograficamente distribuídas e simultâneo ao desenvolvimento econômico que propiciou participação acionária na formação do capital de muitas empresas.

Nota-se que o surgimento da auditoria sucedeu-se pelo fato de que era necessária uma confirmação por parte de investidores e empresários quanto a sua situação econômico-financeira relacionada aos seus demonstrativos patrimonial.

3.3 Tipos de auditoria

3.3.1 Auditoria independente

Para Crepaldi (2016, p.79) “A auditoria externa é o processo pelo qual o auditor se certifica de que as demonstrações financeiras representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da empresa”.

Para o autor a auditoria independente é o procedimento de certificação das demonstrações financeiras de toda a empresa.

Já para Barreto e Graeff (2011, p.22) “A auditoria externa ou independente é aquela executada por profissionais ou empresas que não possuem vínculo ou subordinação à empresa auditada, com o objetivo de trazer uma opinião independente sobre a entidade auditada”.

Nota-se que auditoria independente esta relacionada com a auditoria realizada por profissionais de fora, é a auditoria realizada por auditores que não tem vínculo com a empresa.

3.3.2 Auditoria governamental

Segundo Barreto e Graeff (2011) “é interessante mencionar que as Entidades Fiscalizadoras Superiores (EFS) e a INTOSAI são os auditores internos e externos do governo responsáveis pela a auditoria governamental. Aqui no Brasil o papel de auditor é exercido pelo TCU (tribunal de contas da União)”.

Na auditoria governamental a auditoria, tanto interna quanto externa, é elaborada por instituições que fiscalizam as demonstrações financeiras, como a obediência das normas e regulamento.

Segundo Tribunal de Contas da União portaria 280/2010 – normas de auditoria do TCU:

A auditoria governamental realizada pelo TCU é um elemento primordial para assegurar e promover o cumprimento do dever de *accountability* que os administradores públicos têm para com a sociedade e o Parlamento, dado que a Constituição lhe atribuiu a missão explícita de examinar, como instituição independente de controle, as ações governamentais, cobrar explicações, impor penalidades e limites aos agentes estatais quando exercerem atividades impróprias ou em desacordo com as leis e os princípios de administração pública.

Entende-se que a auditoria governamental se faz necessária para que haja prestação de contas relacionada à administração pública, assegurando a não ocorrência de corrupção por partes dos administradores.

3.3.3 Auditorias especiais

Para Crepaldi (2002, p.19) “A auditoria especial abrange a realização de trabalhos especiais de auditoria, não compreendidos na programação normativa da área, solicitados pelos membros dos Conselhos Administrativos, Fiscal, Diretoria ou determinados em legislação específica”.

Compreende-se que auditoria especial é aquela baseada em auditorias que não estão costumeiramente habituadas a serem feitas, acontece sempre em casos específicos onde são solicitadas pela diretoria ou qualquer outros que estão acima da administração.

Para o ministério da Fazenda, na instrução normativa nº 01/2001, seção II, item V, esse tipo de auditoria é denominada:

Auditoria Especial: objetiva o exame de fatos ou situações consideradas relevantes, de natureza incomum ou extraordinária, sendo realizadas para atender determinação

expressa de autoridade competente. Classifica-se nesse tipo os demais trabalhos auditoriais não inseridos em outras classes de atividades.

Conclui-se que a auditoria especial é aquela realizada a partir de uma determinação vinda de uma autoridade competente da empresa com um propósito incomum dentre outras classes de auditoria.

3.3.4 Auditoria interna

Segundo Crepaldi (2002, p.28) “É a atividade de avaliação independente dentro da empresa, para verificar as operações e emitir um relatório sobre elas, sendo considerado um serviço prestado à administração”.

Com base em tais conceitos pode-se concluir que a auditoria consiste em controlar áreas estratégicas nas empresas para que se possam impedir casos suscetíveis a fraudes, estelionatos e corrupção, por meio de averiguações regulares nos controles internos da organização.

Para Attie, Willian (2018, p.7) “A contabilidade foi a primeira disciplina desenvolvida para auxiliar e informar o administrador, sendo ela a formadora de uma especialização denominada auditoria, destinada a ser usada como uma ferramenta de confirmação da própria contabilidade”.

Assim nota-se que a auditoria interna é uma ferramenta desenvolvida para auxiliar, através da contabilidade, os administradores com informações que verifica a veracidade das demonstrações do controle interno da empresa.

Para Almeida (2009, p.59) “não adianta a empresa implantar um excelente sistema de controle interno sem que alguém verifique periodicamente se os funcionários estão cumprindo o que foi determinado no sistema ou se o sistema não deveria ser adaptado às novas circunstâncias”.

Assim pode-se concluir que a auditoria interna mira nos controles internos da instituição, visando à melhora dos processos. Ela busca apontar erros e falhas nestes processos e apresenta correções aos administradores por meio de relatórios de recomendações para que assim, então, os processos possam ser sanados.

3.4 Importâncias da auditoria interna nas pequenas empresas

Segundo Attie, William. (2018) - Verifica-se a importância da auditoria interna pelo desempenho de revisar, verificar, examinar e avaliar todos os procedimentos operacionais, pelo fortalecimento e a constante melhoria do controle interno no âmbito empresarial.

Conclui-se que a auditoria interna é de total importância ao controle interno da entidade, pois é uma ferramenta de grande benefício em termos de verificação de política, de procedimentos e planos estabelecidos.

Para Crepaldi (2016 p.28) “O papel da auditoria interna é auxiliar a administração da entidade no cumprimento de seus objetivos. Para tanto, tem exercido a importante função de identificar oportunidades e estratégias para minimizar os riscos inerentes à atividade da organização da qual faz parte”.

Diante da opinião do autor pode-se compreender que uma das significativas tarefas da auditoria interna é prover informações que auxiliem os administradores a perceber oportunidades, e também, indicar modificações organizacionais que beneficie o andamento da empresa. Assim, notamos o quão importante uma empresa de pequeno porte necessita de suas informações, pois só ai saberá qual caminho é melhor para a empresa.

Na percepção de Mendes, J.B (2009) “A auditoria interna forma opinião a cerca dos procedimentos, métodos, racionalização de custos, entre outros. A auditoria observa, avalia e recomenda melhorias nos controles e nas operações. Fornece importantes informações para que a administração possa atingir suas metas além de apenas verificar os registros ou demonstrações contábeis”.

Entende-se que a importância da auditoria interna esta nas informações que a mesma fornece aos sócios e administradores para que tomem decisões que atinjam suas metas, decisões essas que traga melhores resultados, e não somente verificação dos registros contábeis da empresa.

3.5 Conceito de Empresa

Segundo Chiavenato (2005, p.24) Uma organização é uma entidade social composta de pessoas que nela trabalham juntas e que é deliberadamente estruturada em uma divisão de trabalho para atingir um objetivo definido.

Assim, compreende-se que uma organização é aquela na qual é composta por pessoas que trabalham juntas com um objetivo definido e trabalhos divididos entre si.

Para Crepaldi (1998, p.49), “uma empresa é uma associação de pessoas para a exploração de um negócio que produz e/ou oferece bens e serviços, com vistas, em geral, à obtenção de lucros”.

Nota-se que empresa é aquela onde há um conjunto de pessoas que juntas oferece ou produz bens e serviços com a intenção de se obter lucro.

3.5.1 Pequenas empresas

Segundo a Resolução do Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN) nº 94/2012, que trata do Simples Nacional, “as empresas de pequeno porte são as que têm faturamento superior a R\$ 360 mil, e igual ou inferior a R\$ 3,6 milhões”.

Percebe-se que empresas de pequeno porte são consideradas as de faturamento superior a 360 mil e menor ou igual a 3,6 milhões.

Na lei complementar nº 123/ 2006, capítulo II, – no caso das empresas de pequeno porte, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais).

As pequenas empresas são definidas pelos índices provenientes de sua receita anual, conforme é citado na LC anteriormente.

Segundo pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2001) são características das micro e pequenas empresas: baixa intensidade de capital, forte presença de proprietários, sócios e membros da família com mão de obra ocupada, poder decisório centralizado, registros contábeis pouco adequados, baixo investimento em inovação tecnológica dentre outros.

Assim entende-se que empresas de pequeno porte são caracterizadas pelo baixo índice de mão de obra, pouco avanço tecnológico, capital baixo e geralmente composta por familiares.

3.7 Ferramentas da auditoria interna

Conforme a Norma Brasileira de Contabilidade TI 12.1.2 (2003) “A Auditoria Interna deve ser documentada por meio de papéis de trabalho, elaborados em meio físico ou eletrônico, que devem ser organizados e arquivados de forma sistemática e racional”.

Seguindo essa norma entende-se que as ferramentas que auxiliam na auditoria devem ser apresentadas para fins de comprovações, de forma correta, sistematizadas, coerente e organizada.

Segundo Barreto e Graeff (2011 p.313) “A auditoria informatizada beneficia-se, pois, em determinadas situações, notadamente quando há um grande volume de tarefas, quando falta confiabilidade nos registros, quando o tempo é limitado, quando se deseja análise mais profunda, cálculos mais complexos etc.”.

Compreende-se que o sistema para uma auditoria onde o volume de tarefa é extenso, o tempo é limitado, e a auditoria manual é inviável, ela é de fundamental necessidade, assim como, benéfica.

Para um melhor gerenciamento, análise e desenvolvimento de relatório, foi desenvolvido ferramentas como o COSO e o COBIT, ferramentas essas que beneficiaram usuários da informação para uma melhor compreensão das atividades da empresa.

3.7.1 COSO e COBIT

Com o intuito de analisar as causas de fraude de relatórios financeiros e contábeis, em 1985, nos Estados Unidos, foi criado a National Commission on Fraudulent Financial Reporting (Comissão Nacional sobre Fraudes em Relatórios Financeiros), que posteriormente se transformou em Comitê, passando a ser conhecido como “COSO”.

Segundo Dias (2015 p. 97) “O COSO é uma entidade sem fins lucrativos, dedicada à melhoria dos relatórios financeiros através da ética, efetividade dos controles internos e governança corporativa”.

Com a necessidade de uma melhoria no controle interno e na governança corporativa, buscaram criar uma metodologia que atendesse a garantia, através da ética, na elaboração de relatório financeiro e, que também, trouxesse efetividade nos seus controles.

Segundo Osman Abdul Aziz (2019), o COBIT é uma ferramenta de governança que tem por objetivo gerenciar fatores que influenciam na capacidade da empresa de gerar valores, indicando pontos que necessitam de ser trabalhados. Criada pela ISACA (Information Systems Audit and Control Association) com intuito de melhorar a gestão em TI (tecnologia da informação).

Nota-se que ferramentas de gestão informatizada se torna muito útil na governança da empresa, usando o COBIT como exemplo, percebemos o quanto facilita o gestor/auditor no quesito avaliar, dirigir e monitorar.

4 METODOLOGIA

Segundo Rodrigues, WC (metodologia científica Faetec/IST. Paracambi, 2007) “É um conjunto de abordagens, técnicas e processos utilizados pela ciência para formular e resolver problemas de aquisição objetiva do conhecimento, de uma maneira sistemática”.

Conclui-se que a metodologia esta ligada ao processo de desenvolvimento de um determinado problema no qual se faz a necessidade de resposta, obtendo de forma sistemática conclusões para o mesmo.

Segundo Santos e Filho (2012 p.38) “metodologia indica o processo a ser seguido, um caminho a ser percorrido, tendo um objetivo, que é a verdade. O método é este conjunto de processos para chegar a um fim”.

Percebe-se que a metodologia é o meio que se leva ao objetivo, é o modo como se alcança o final, trançando caminhos da verdade.

Matias Pereira, José (2016 p.46) “O método científico é o conjunto de procedimentos e técnicas utilizados de forma regular, (...), é o roteiro apoiado em procedimentos lógicos para se alcançar uma verdade científica”.

Nota-se que a metodologia é o processo que tem como objetivo compreender o processo de investigação, através de procedimentos e técnicas, com o intuito de chegar a uma verdade científica.

Para Silveira, Denise Tolfo; Córdova, Fernanda Peixoto (Aput GOLDENBERG, 1997, p. 34) define pesquisa qualitativa da seguinte forma:

A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa opõem-se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria. Assim, os pesquisadores qualitativos recusam o modelo positivista aplicado ao estudo da vida social, uma vez que o pesquisador não pode fazer julgamentos nem permitir que seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa.

Nota-se q a pesquisa qualitativa preocupa-se com questões da realidade que não se pode quantificar centrando-se na compreensão e explicação das relações sociais.

Para Flick, Uwe (2009, p.14) “a pesquisa qualitativa trabalha, acima de tudo, com textos. Os métodos para a coleta de informações – entrevistas ou de observações – produzem dados que são transformados em textos através de gravação e de transcrição”.

Entende-se que a pesquisa qualitativa é aquela onde todo o método elaborado para se ter informações, seja ela qual for, são transformadas em textos.

Conforme Bauer e Gaskell (2017, p.22) “A pesquisa qualitativa evita números, lida com interpretações das realidades sociais, e é considerada pesquisa soft. O protótipo mais conhecido é, provavelmente, a entrevista em profundidade”.

Percebe-se que a pesquisa qualitativa é aquela em que números, exatidão e percentual são dispensados, procurando sempre em vista os valores sociais, culturais e realidades humanas.

Segundo Santos e Filho (2012) “Sempre que houver um campo a ser pesquisado, será necessária uma pesquisa bibliográfica, que proporciona informações já escritas em livros, jornais, revistas, entre outros”.

Conclui-se que a pesquisa bibliográfica é aquela que buscamos informações em livros, jornais, sites oficiais, entre outros.

Para Joaquim Severino, Antônio (2010, p.122) “A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses, etc.

Afirma-se que pesquisa bibliográfica é decorrente de pesquisas já elaborada, realizada a partir de documentos registrados, como livros, artigos, teses, entre outros.

De acordo com Silveira, Denise Tolfo; Córdova, Fernanda Peixoto (2009), (Aput FONSECA, 2002, p.32) esclarece o autor:

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta.

Percebe-se que a pesquisa bibliográfica é obtida através da procura de referencial teórico com o propósito de conhecer os estudos já foram feitos sobre o assunto por meio de artigos científicos, páginas de web sites, livros.

5 CONCLUSÃO

Esse presente artigo tinha como principal objetivo argumentar e analisar a importância da auditoria em empresas de pequeno porte. Logo, nota-se que a auditoria é necessária para auxiliar a administração com informações que levam a decidir, de forma positiva, qual caminho seguir, visando o desenvolvimento econômico da empresa em questão.

Através das pesquisas conhecemos a respeito de algumas ferramentas que além de contribuir para o desempenho das atividades de auditoria, também demonstraram serem grandes aliados do controle interno, pois facilita no monitoramento produtivo e de gestão. Contudo gestores devem se atentar quanto ao fato de investir em um departamento de auditoria interna em sua organização visando à fidelidade das suas demonstrações.

Além do mais, é necessário que os gestores tenham em mente que, auditoria não é apenas para detectar fraudes, pois o mesmo é apenas uma consequência das atividades

elaboradas pelos profissionais em questão. O auditor interno dedica-se a contabilidade para prover mudanças nas atividades econômicas da empresa, implantando ou aperfeiçoando seus processos internos.

Por fim, a auditoria é de suma relevância para empresas pequenas, pois com a utilização de seus métodos de auditoria e toda a experiência advinda do profissional auditor notamos a vasta possibilidade de melhoria para a obtenção de um controle interno funcional. Deste modo, as aplicações dos métodos de auditoria atrelada ao de um controle interno eficiente, proporcionam diversos benefícios, entre eles a redução de possíveis fraudes, erros, multas e garantia de informações que beneficie a continuidade e evolução da empresa.

Este trabalho teve como intenção auxiliar futuros estudos a respeito do assunto com intuito de embasamento para novas pesquisas, servindo de apoio para estudantes que buscam uma direção para a realização de suas pesquisas.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria: Abordagem moderna e completa** 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2019.

ATTIE, Willian. **Auditoria interna**. São Paulo: Atlas, 1986.

BARRETO, Davi; GRAEFF, Fernando. **Auditoria – Teoria e exercícios comentados – 3ª edição**. São Paulo: Método, 2014.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2005. Disponível em: <https://books.google.com.br>. Acesso em: 10 de junho de 2020.

BRASIL, Ministério da fazenda. Sistema normas: Gestão da informação. Disponível em: <http://normas.receita.fazenda.gov.br>. Acesso em 15 de maio de 2020.

BRASIL, Presidência da república, Casa civil, Subchefia para assuntos jurídicos. Lei 123 de 2016. Portal da legislação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 15 de maio de 2020.

CHIAVENATO, Idalberto; **Administração nos novos tempos : os novos horizontes em administração**. – 4ª. ed. – São Paulo : Atlas, 2020.

CREPALDI, Silvio Aparecido; Crepaldi, Guilherme Simões. **Contabilidade Gerencial: teoria e prática**. – 8. ed.– São Paulo: Atlas, 2019.

CREPALDI, Silvio e Guilherme. **Auditoria contábil: teoria e prática**. 10ª edição – São Paulo: Atlas, 2016.

DENISE, T.S.; TATIANA, E.G. **Métodos de pesquisa**. Editora UFRGS, 1ª edição: 2019. Disponível em: <https://books.google.com.br>. Acesso em: 03 de junho de 2020.

DIAS, SERGIO VIDAL DOS SANTOS. **Auditoria de processos organizacionais : teoria, finalidade, metodologia de trabalho e resultados esperados**. – 4. ed. – São Paulo: Atlas, 2015.

FLICK, Uwe. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. São Paulo, 2009. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536318523/>. Acesso em: 03 Jun 2020.

IBGE. **As micro e pequenas empresas comerciais e de serviços no Brasil 2001**. Rio de Janeiro 2003. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv1898.pdf>. Acesso em 18 de maio de 2020.

LORENZONI, Rafaela; Vieira, E.T.V. **Revista GEDECON**. Disponível em: <http://www.revistaeletronica.unicruz.edu.br/index.php/GEDECON/article/viewFile/287/229>. Acesso em: 08 de maio de 2020.

Matias-Pereira, José. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. – 4. Edição. - São Paulo: Atlas, 2019. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597008821/>. Acesso em: 01 Junho 2020

MENDES, J. B. A Importância da Auditoria Interna nas Organizações. **Contabilidade Vista & Revista**, 23 abril 2009. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/64>. Acesso em maio de 2020.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Manual do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal**. Brasília, DF, 06 de abril de 2001. disponível em: <https://audin.unifesspa.edu.br/images/INSTRUCOESNORMATIVAS/Instruo-Normativa-n.-01-de-06.04.2001.pdf>.. Acesso em 24 de outubro de 2020..

SANTOS, J. A.; FILHO, D. P. **Metodologia científica**. 2ª edição. Cengage Learning Brasil: 2012. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522112661/>. Acesso em: 01 junho de 2020.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**: Cortez Editora, 2010. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3480016/mod_label/intro/SEVERINO_Metodologia_do_Trabalho_Cientifico_2007.pdf. Acesso em: 02 de junho de 2020.